



PREFEITURA DE GUARULHOS

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

001. PROVA OBJETIVA I

(Conhecimentos Gerais)

INSPETOR FISCAL DE RENDAS VI

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia os quadrinhos para responder às questões de números 01 e 02.



(Charles M. Schulz. Minduim. *O Estado de S. Paulo*, 29.03.2018.
<http://cultura.estadao.com.br>)

01. Considerando a organização do conteúdo nos balões de cada quadrinho, pode-se afirmar que no segundo, no terceiro e no quarto quadrinhos são expressos, respectivamente,
- (A) um projeto, uma reprovação e uma reclamação.
 - (B) uma indagação, uma recordação e um gracejo.
 - (C) um ideal, um alerta e um lamento.
 - (D) um desejo, uma retificação e uma crítica.
 - (E) uma constatação, uma recomendação e um deboche.
02. O verbo **ir** está empregado com o mesmo sentido e a mesma função que o verificado na fala do primeiro quadrinho na seguinte frase:
- (A) **Vai-se** mais um ano, e a obra ainda não foi concluída como o planejado.
 - (B) A rodovia que **vai** de uma cidade a outra terá a instalação de um pedágio.
 - (C) Ele **vai** ao evento de transporte público, porque não gosta de usar carro.
 - (D) O museu permanecerá fechado no próximo mês, pois **vai** haver uma reforma.
 - (E) A economia da região **vai** bem, apesar da crise global dos últimos anos.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 07.

A arte mostra-se presente na história da humanidade desde os tempos mais remotos. **Sem dúvida**, ela pode ser considerada como sendo uma necessidade de expressão do ser humano, surgindo como fruto da relação homem/mundo. Por meio da arte a humanidade expressa suas necessidades, crenças, desejos, sonhos. Todos têm uma história, que pode ser individual ou coletiva. As representações artísticas nos oferecem elementos que facilitam a compreensão da história dos povos em cada período.

(Rosane K. Biesdorf e Marli F. Wandscheer. *Arte, uma necessidade humana: função social e educativa. Itinerarius reflectionis.*)

03. De acordo com o texto, a arte caracteriza-se como
- (A) a maneira de o homem fugir à realidade refugiando-se em um passado glorioso.
 - (B) um documento de produção coletiva com o fim de registrar objetivamente a história.
 - (C) um meio de expressão que revela como o homem vive ao longo da história.
 - (D) uma linguagem universal, que anula as diferenças entre os povos de cada período.
 - (E) o principal modo de uma geração acessar registros históricos da geração que a antecede.
04. A expressão **Sem dúvida**, em destaque no texto, pode ser substituída, sem prejuízo do sentido, por
- (A) Seguramente.
 - (B) Eventualmente.
 - (C) Porventura.
 - (D) Sobretudo.
 - (E) Usualmente.
05. Está empregado com sentido figurado o vocábulo destacado no trecho
- (A) ... desde os **tempos** mais remotos.
 - (B) ... surgindo como **fruto** da relação homem/mundo.
 - (C) Todos têm uma **história**...
 - (D) ... **elementos** que facilitam a compreensão...
 - (E) ... compreensão da história dos **povos**...
06. Assinale a alternativa em que o período do texto está repontuado em conformidade com a norma-padrão da língua.
- (A) A arte mostra-se, presente na história da humanidade, desde os tempos mais remotos.
 - (B) Sem dúvida ela pode ser considerada, como sendo uma necessidade, de expressão do ser humano, surgindo como fruto da relação homem/mundo.
 - (C) Por meio da arte, a humanidade expressa suas necessidades, crenças, desejos, sonhos.
 - (D) Todos têm uma história que, pode ser individual, ou coletiva.
 - (E) As representações artísticas, nos oferecem elementos que facilitam, a compreensão da história dos povos, em cada período.

07. Considerando as regras de concordância nominal, regência verbal e de colocação pronominal da norma-padrão, assinale a alternativa em que o trecho destacado em “... elementos que facilitam a **compreensão da história dos povos em cada período.**” está corretamente substituído.
- (A) elementos que facilitam-nas.
 - (B) elementos que facilitam-lhe.
 - (C) elementos que os facilitam.
 - (D) elementos que lhes facilitam.
 - (E) elementos que a facilitam.

Leia o texto e responda às questões de números 08 a 20.

Roma

O filme *Roma* está constantemente entre dois caminhos. É pessoal e grandioso, popular e intelectual, tecnológico – rodado em 65 mm digital – e clássico – feito em preto e branco com a mesma ousadia dos movimentos cinematográficos das décadas de 1950 e 1960. O título, uma referência a Colonia Roma, bairro da Cidade do México, também remete a *Roma, Cidade Aberta*, filme-símbolo do neorealismo italiano assinado por Roberto Rossellini.

Ao visitar a própria memória, o cineasta Alfonso Cuarón escolhe olhar para Cleo, a empregada, de origem indígena, de uma família branca de classe média. Resgata, assim, não apenas os seus anos de formação, mas todas as particularidades do passado do país. O México no início dos anos 1970 fervilhava entre revoluções sociais e a influência da cultura estrangeira. Cleo, porém, se mantinha ingênua, centrada nas suas obrigações: lavar o pátio, buscar as crianças na escola, lavar a roupa, colocar os pequenos para dormir.

Até que tudo se transforma. A família perfeita desmorona, com o pai que sai de casa, a mãe que não se conforma com o fim do casamento e os filhos jogados de um lado para o outro na confusão dos adultos. Enquanto isso, Cleo se apaixona, engravida, é enganada e deixada à própria sorte. Duas mulheres de diferentes origens compartilham a dor do abandono. Juntas, reencontram a **resiliência** que segura o mundo frente às paixões aut centradas.

O cineasta, que além da direção e do roteiro assina a fotografia e a montagem (ao lado de Adam Gough), retrata sua história, entrelaçada com a de seu país, como se na vida adulta reencontrasse o olhar da infância, cujo fascínio por cada descoberta aumenta o tamanho e a importância de tudo.

O que Cuarón faz em *Roma* é raro. São camadas e camadas sobrepostas para reproduzir a complexidade do seu imaginário afetivo e das relações sociais de um país. Entre muitas inspirações, referências e técnicas, sua assinatura está na sinceridade com que olha para si mesmo e para os seus personagens, encontrando beleza e verdade no que muitos menosprezam. Esse é um filme simples e complicado, como a própria vida.

(Natália Bridi. *Omelete*. 11.01.2019. www.omelete.com.br. Adaptado)

08. De acordo com a autora, a singularidade da linguagem que Alfonso Cuarón adota em *Roma* está
- (A) na comicidade da caracterização de personagens pouco realistas e até caricaturais.
 - (B) na indignação com que o cineasta denuncia a desigualdade entre as classes sociais.
 - (C) no orgulho nacionalista com que se apresentam momentos cruciais da história do México.
 - (D) na sinceridade do relato, valorizando o que para muitos costuma passar despercebido.
 - (E) no modo irrealista com que os dramas das personagens femininas são resolvidos.

09. Uma característica do filme *Roma* destacada no texto diz respeito à
- (A) utilização da narrativa de cunho jornalístico.
 - (B) fusão da história pessoal com a coletiva.
 - (C) impessoalidade com que é realizado o relato.
 - (D) caracterização da mulher indígena como insubordinada.
 - (E) denúncia do relacionamento abusivo entre patroa e empregada.

10. Considere o seguinte trecho do primeiro parágrafo:

(1) O filme *Roma* está constantemente entre dois **caminhos**. (2) É pessoal e grandioso, popular e intelectual, tecnológico – rodado em 65 mm digital – e clássico – feito em preto e branco com a mesma ousadia dos movimentos cinematográficos das décadas de 1950 e 1960.

Um vocábulo que pode ser usado para qualificar a palavra **caminhos**, no sentido de explicitar a relação de sentido que se estabelece entre os períodos (1) e (2), é

- (A) contrários.
 - (B) idênticos.
 - (C) inviáveis.
 - (D) irrealis.
 - (E) exagerados.
11. As informações “rodado em 65 mm digital” e “feito em preto e branco com a mesma ousadia dos movimentos cinematográficos das décadas de 1950 e 1960”, destacadas com travessões no primeiro parágrafo, ligam-se, respectivamente, aos vocábulos **tecnológico** e **clássico** com o propósito de
- (A) mostrar que são sinônimos.
 - (B) ilustrar a que se referem.
 - (C) contestar seus sentidos.
 - (D) apresentá-los como hipotéticos.
 - (E) distorcer seus significados.

12. O vocábulo **resiliência**, destacado no terceiro parágrafo, abarca o sentido de
- (A) amor incondicional que as mães têm por seus filhos.
 - (B) cumplicidade partilhada por pessoas de uma mesma origem.
 - (C) ressentimento que permanece após uma desilusão amorosa.
 - (D) falta de amor-próprio que inibe o desenvolvimento das mulheres.
 - (E) capacidade de se recompor após uma situação difícil.
13. Em “Cleo, **porém**, se mantinha ingênu...” (2º parágrafo), o vocábulo **porém** pode ser substituído, com o sentido do texto preservado, por
- (A) dessa forma.
 - (B) devido a isso.
 - (C) por conseguinte.
 - (D) assim sendo.
 - (E) em contrapartida.
14. Na frase “Esse é um filme simples e complicado, **como** a própria vida.” (5º parágrafo), o vocábulo destacado exprime circunstância de
- (A) comparação.
 - (B) causa.
 - (C) finalidade.
 - (D) concessão.
 - (E) adição.
15. Considere os sentidos que os vocábulos destacados nos trechos a seguir imprimem às relações que estabelecem:
- ... *Roma, Cidade Aberta*, filme-símbolo do neorealismo italiano assinado **por** Roberto Rossellini. (1º parágrafo)
 - **Até** que tudo se transforma. (3º parágrafo)
- Nos contextos apresentados, os vocábulos **por** e **Até** expressam, respectivamente,
- (A) proximidade e assunto.
 - (B) tempo e inclusão.
 - (C) instrumento e intensificação da ação.
 - (D) agente e limite posterior de tempo.
 - (E) modo e restrição espacial.
16. Assinale a alternativa que completa a lacuna da frase a seguir, em conformidade com a concordância da norma-padrão da língua.
- No México no início dos anos 1970, _____ revoluções sociais e a influência da cultura estrangeira.
- (A) existia
 - (B) havia
 - (C) ocorria
 - (D) abundava
 - (E) surgia
17. Assinale a alternativa em que a frase a seguir está reescrita em conformidade com as regras de concordância da norma-padrão da língua.
- O cineasta assina a fotografia e a montagem do filme.
- (A) A fotografia e a montagem do filme é assinado pelo cineasta.
 - (B) A fotografia e a montagem do filme são assinados pelo cineasta.
 - (C) A fotografia e a montagem do filme são assinadas pelo cineasta.
 - (D) A fotografia e a montagem do filme é assinada pelo cineasta.
 - (E) A fotografia e a montagem do filme são assinado pelo cineasta.
18. Em “Cleo, porém, se mantinha ingênu, **centrada nas** suas obrigações...” (2º parágrafo), o trecho destacado pode ser corretamente substituído, conforme as regras de regência da norma-padrão da língua, por
- (A) dedicada das.
 - (B) absorta sob as.
 - (C) aplicada com as.
 - (D) empenhada nas.
 - (E) comprometida das.
19. A expressão verbal que apresenta, conforme a norma-padrão da língua, a mesma regência da destacada em “O título [...] **remete** a *Roma, Cidade Aberta*, filme-símbolo do neorealismo italiano...” (1º parágrafo) e que, por essa razão, pode substituí-la sem que se realize qualquer outra alteração no trecho é
- (A) se refere.
 - (B) se evoca.
 - (C) retoma.
 - (D) recupera.
 - (E) ecoa.
20. Assinale a alternativa em que o sinal indicativo de crase está empregado em conformidade com a norma-padrão da língua.
- (A) Segundo Cuarón, o cinema deve voltar seu olhar à todos aqueles para quem ninguém olha.
 - (B) *Roma* chegou à receber o Oscar de melhor filme estrangeiro, o que gerou certa polêmica.
 - (C) Em 2019, o Oscar de melhor direção foi concedido à Alfonso Cuarón, por *Roma*.
 - (D) O cineasta mostrou-se grato por terem dado valor à um filme centrado em uma mulher indígena.
 - (E) Cuarón agradeceu às atrizes Yalitza Aparicio e Marina de Tavira, dizendo que elas “são o filme”.

21. Considere as afirmações e seus respectivos valores lógicos.

- I. Maria é uma excelente enfermeira. FALSA.
- II. Joel não é um carpinteiro. VERDADEIRA.
- III. Paulo é um cantor de pagode. VERDADEIRA.
- IV. Sandra não é uma analista competente. FALSA.

A alternativa que apresenta uma proposição composta verdadeira é

- (A) Se Paulo é um cantor de pagode, então Maria é uma excelente enfermeira.
- (B) Joel não é um carpinteiro e Sandra não é uma analista competente.
- (C) Paulo não é um cantor de pagode ou Sandra é uma analista competente.
- (D) Se Maria não é uma excelente enfermeira, então Sandra não é uma analista competente.
- (E) Joel é um carpinteiro ou Paulo não é cantor de pagode.

22. Dentre as sentenças a seguir, aquela que é uma sentença aberta é

- (A) $3 \cdot x + 4 - x - 3 - 2 \cdot x = 0$
- (B) $7 + 3 = 11$
- (C) $0 \cdot x = 5$
- (D) $13 \cdot x = 7$
- (E) $43 - 1 = 42$

23. Considere verdadeiras as afirmações a seguir.

- I. Todos os funcionários são economistas.
- II. Há economista que também é administrador.

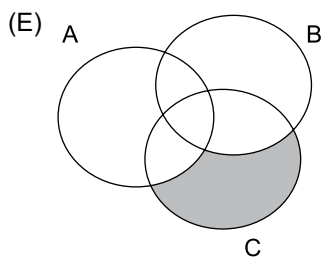
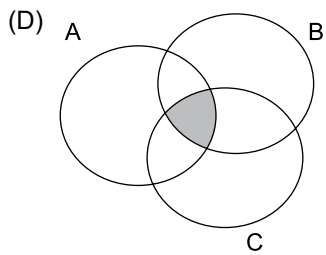
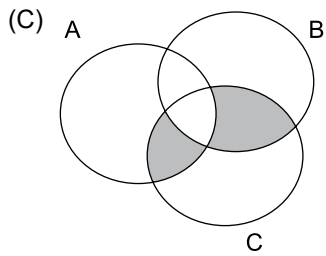
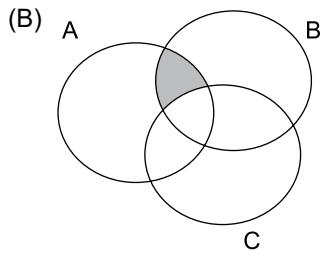
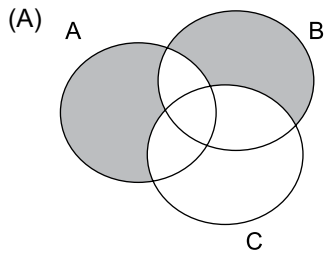
A partir dessas afirmações, assinale a alternativa correta.

- (A) Os administradores que não são economistas são funcionários.
- (B) Qualquer economista é funcionário.
- (C) É possível que haja funcionário que não seja economista.
- (D) Os administradores que são economistas são funcionários.
- (E) Os funcionários que são administradores são economistas.

24. Considere as operações entre conjuntos:

$$A \cap B - C$$

A alternativa cuja parte sombreada corresponde ao resultado dessas operações é



25. A alternativa que corresponde à negação lógica da proposição composta: “todos os cantores são músicos e existe advogado que é cantor”, é:

- (A) Nenhum cantor é músico e não existe advogado que seja cantor.
- (B) Pelo menos um cantor não é músico ou não existe advogado que seja cantor.
- (C) Há cantores que são músicos e existe advogado que não é cantor.
- (D) Nenhum cantor é músico ou não existe advogado que seja cantor.
- (E) Pelo menos um cantor não é músico ou existe advogado que é cantor.

26. A alternativa que corresponde à equivalente lógica da proposição composta: “se as frutas estão maduras, então é tempo de colheita”, é:

- (A) as frutas não estão maduras ou é tempo de colheita.
- (B) se não é tempo de colheita, então as frutas estão maduras.
- (C) as frutas estão maduras, e é tempo de colheita.
- (D) não é tempo de colheita, e as frutas não estão maduras.
- (E) se é tempo de colheita, então as frutas estão maduras.

27. Considere os conjuntos:

$$F = \{1,2,3,4,5,6\}$$

$$G = \{2,4,6,8,10,12\}$$

$$H = \{1,2,3,10,11,12\}$$

$$J = \{3,4,5,6,7,8\}$$

$$\text{Sabe-se que } K = (G \cup H) \cap (F \cap J)$$

O conjunto é igual a

- (A) $K = \{1,2,4,5,6\}$
- (B) $K = \{4,5,6\}$
- (C) $K = \{1,2,4,5,6,10\}$
- (D) $K = \{3,4,6\}$
- (E) $K = \{4,6\}$

28. Considere verdadeiras as afirmações.

- I. Se Arnaldo é grosseiro, então Beatriz é gentil.
- II. Se Cátia é educada, então Arnaldo não é grosseiro.
- III. Se Arnaldo não é grosseiro, então Deise é amável.
- IV. Deise não é amável.

A partir dessas afirmações, é correto concluir que:

- (A) Beatriz não é gentil ou Cátia é educada.
- (B) Arnaldo é grosseiro e Cátia é educada.
- (C) Beatriz não é gentil ou Cátia não é educada.
- (D) Cátia é educada ou Arnaldo não é grosseiro.
- (E) Beatriz é gentil e Arnaldo não é grosseiro.

29. Considere as afirmações:

- I. Se o diretor é forte, então o secretário é fraco ou o diretor é forte.
- II. João é alto ou Paulo é gordo e João não é alto e Paulo não é gordo.
- III. Carlos não é tímido e, se Pedro é expansivo, então Carlos é tímido.

Na ordem em que estão expressas, as afirmações são, respectivamente, uma

- (A) tautologia, contradição e contingência.
- (B) contingência, contradição e tautologia.
- (C) contradição, tautologia e contingência.
- (D) contingência, tautologia e contradição.
- (E) tautologia, contingência e contradição.

30. Considere os argumentos a seguir.

- I. O dobro de um número é um número par. O dobro de 1,5 é 3. Logo, o número 3 é um número par.
- II. Todos os atletas são fortes. Juca é forte. Logo, Juca é atleta.
- III. Os cachorros têm quatro patas. As vacas têm quatro patas. Logo, as vacas são cachorros.

Na ordem em que estão expressas, os argumentos são, respectivamente,

- (A) válido, válido e inválido.
- (B) inválido, inválido e válido.
- (C) válido, inválido e inválido.
- (D) inválido, inválido e inválido.
- (E) válido, inválido e válido.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

31. O Windows 10 possui o recurso Windows Hello, que é uma maneira de se obter acesso rápido aos dispositivos com esse sistema operacional. O acesso aos dispositivos pode ser feito por meio
- (A) da impressão digital e do certificado digital.
 - (B) do certificado digital e do *smartphone*.
 - (C) do certificado digital e do reconhecimento facial.
 - (D) do reconhecimento facial e da impressão digital.
 - (E) do *smartphone* e da impressão digital.
32. Em um texto presente em um documento editado no MS-Word 2016, a palavra “Janela” encontra-se com a seguinte aparência original (formato Normal, Arial):

Janela

A aparência dessa palavra pode ser modificada ao se aplicar diferentes Estilos de Fonte ou Efeitos. Seguem três possíveis modificações dessa palavra em relação à sua aparência original:

Janela ; Janela ; Janela

Essas três modificações de Estilo de Fonte ou de Efeito são denominadas, respectivamente, de:

- (A) Itálico; Tachado; Subscrito.
 - (B) Itálico; Versalete; Sobrescrito.
 - (C) Negrito; Sublinhado; Sobrescrito.
 - (D) Negrito; Tachado; Subscrito.
 - (E) Negrito; Versalete; Subscrito.
33. A planilha a seguir foi editada no MS-Excel 2016.

	A	B	C
1	2	4	6
2	7	3	8
3	5	9	1
4			
5			

Caso a fórmula:

=SOMA(A1:C3)

seja inserida na célula **C5**, o resultado produzido nessa célula será igual a:

- (A) 3
- (B) 6
- (C) 16
- (D) 21
- (E) 45

34. Embora os discos rígidos (HD) sejam ainda muito utilizados, as unidades de estado sólido (SSD) vêm cada vez mais sendo utilizadas. Comparando os HDs convencionais com os SSDs, tem-se que
- (A) a vida útil dos SSDs é maior do que a dos HDs.
 - (B) o consumo dos SSDs é maior do que o dos HDs.
 - (C) o preço por *bit* de armazenamento dos SSDs é menor do que o dos HDs.
 - (D) os tempos de leitura e escrita dos SSDs são maiores do que os dos HDs.
 - (E) os SSDs são mais resistentes do que os HDs em relação a movimentos, quedas ou interferências magnéticas.
35. No PMBOK (5ª edição), o único grupo de processos de gerenciamento que abrange todas as áreas de conhecimento é o grupo de processos de
- (A) iniciação.
 - (B) planejamento.
 - (C) execução.
 - (D) encerramento.
 - (E) monitoramento e controle.
36. No ITIL (versão 3), um dos processos que faz parte da publicação Operação de Serviço é o Gerenciamento de
- (A) Fornecedor.
 - (B) Demanda.
 - (C) Problemas.
 - (D) Capacidade.
 - (E) Conhecimento.
37. O COBIT 5 estabelece um domínio de governança denominado (em português):
- (A) Avaliar, Dirigir e Monitorar.
 - (B) Alinhar, Planejar e Organizar.
 - (C) Construir, Adquirir e Implementar.
 - (D) Entregar, Serviço e Suporte.
 - (E) Monitorar, Avaliar e Analisar.

DIREITO EMPRESARIAL

38. Um dos modelos de BPM (*Business Process Modeling*) estabelece as seguintes 6 fases para o ciclo de vida dessa técnica:

- A. Implementação
- B. Refinamento
- C. Desenho
- D. Planejamento
- E. Monitoramento e Controle
- F. Análise

A sequência cronológica correta para a execução dessas 6 fases é:

- (A) A – B – F – C – D – E.
- (B) B – E – A – D – F – C.
- (C) D – F – C – A – E – B.
- (D) D – F – E – A – B – C.
- (E) F – D – A – C – B – E.

39. Na modelagem de bancos de dados relacionais, há um item importante da modelagem, que é o conceito de chave estrangeira, na qual

- (A) os atributos que a compõem não admitem o uso da acentuação da língua portuguesa.
- (B) os atributos que a compõem podem ter origem na chave primária de mais de uma tabela.
- (C) uma tabela com chave estrangeira não é armazenada no banco de dados.
- (D) não pode ser aplicada a tabelas com mais de 5 atributos.
- (E) somente pode ser do tipo numérico.

40. O processo de Assinatura Digital de documentos digitais inclui recursos para garantir os fatores de segurança da informação. Nesse processo, o recurso utilizado para garantir o não repúdio, ou a irretratabilidade, é

- (A) a chave privada do Certificado Digital do autor do documento.
- (B) a chave pública do Certificado Digital do autor do documento.
- (C) a chave pública do Certificado Digital do receptor do documento.
- (D) o índice positivo de confiabilidade da Autoridade Certificadora (CA).
- (E) o resumo criptográfico gerado a partir do documento.

41. No exercício de sua atividade social, uma sociedade em conta de participação descumpra uma relação contratual com terceiro e é obrigada a indenizá-lo. Nesse contexto, é correto afirmar que

- (A) o sócio ostensivo é ilimitada e exclusivamente responsável pela referida indenização, sendo-lhe vedado demandar contribuição do sócio participante, independentemente do que disponha o contrato social.
- (B) o sócio ostensivo é ilimitadamente responsável pela referida indenização, mas o sócio participante responderá solidariamente com ele se tiver tomado parte da relação contratual com o terceiro.
- (C) a contribuição do sócio participante constitui, com a do sócio ostensivo, patrimônio especial, objeto da conta de participação relativa aos negócios sociais; embora o sócio ostensivo seja ilimitadamente responsável pela indenização devida ao terceiro, tem o benefício de ordem, de tal modo que o patrimônio especial da sociedade deve responder pelas obrigações sociais antes que o patrimônio pessoal do sócio possa ser executado.
- (D) o sócio ostensivo é ilimitadamente responsável pela referida indenização, podendo, entretanto, demandar contribuição do sócio participante até o limite dos lucros que lhe sejam atribuídos.
- (E) em caso de falência do sócio ostensivo, a sociedade será dissolvida e o sócio participante poderá ser chamado a responder pela obrigação não satisfeita.

42. Um conjunto de pessoas dedicadas à atividade rural se obriga reciprocamente a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados. Nesse contexto, assinale a alternativa correta.
- (A) O acordo entre tais pessoas constitui contrato de sociedade, sendo que os sócios deverão escolher um tipo societário dentre aqueles previstos no Código Civil ou legislação esparsa. Independentemente do tipo societário escolhido, referida sociedade poderá optar por qualificar-se como sociedade empresária, sujeita à inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, ou sociedade simples, sujeita à inscrição no Registro Civil das Pessoas Jurídicas.
 - (B) A sociedade que tenha por objeto o exercício de atividade própria de empresário rural deve obrigatoriamente inscrever-se no Registro Público de Empresas Mercantis da sua sede.
 - (C) O acordo entre tais pessoas constitui contrato de sociedade, sendo que os sócios deverão escolher um tipo societário dentre aqueles previstos no Código Civil ou legislação esparsa. Caso optem por uma cooperativa, a sociedade será simples (não empresária), regendo-se pela legislação que lhe é própria e, no seu silêncio, pelas disposições do Código Civil referentes à sociedade simples.
 - (D) Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelas normas da sociedade simples.
 - (E) Se a atividade rural, objeto da sociedade, configurar exercício profissional de atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, a sociedade será necessariamente qualificada como sociedade empresária sujeita a registro.
43. É correto afirmar sobre a cessão e a transferência de quotas na sociedade limitada:
- (A) na omissão do contrato social, as quotas só poderão ser cedidas para outros sócios ou terceiros se não houver oposição de titulares de mais de um quarto do capital social.
 - (B) o contrato social não pode estabelecer direito de preferência aos sócios ou outras restrições, não admitidas expressamente na lei, à livre circulação das quotas.
 - (C) a cessão terá eficácia quanto à sociedade desde que firmado o respectivo instrumento, subscrito pelos sócios anuentes, mas somente será eficaz perante terceiros a partir da averbação do referido instrumento.
 - (D) no caso de condomínio de quota indivisa, os direitos a ela inerentes, inclusive a sua cessão, somente podem ser exercidos pelo condômino representante, ou pelo inventariante do espólio de sócio falecido, observada para a cessão a anuência dos demais sócios quotistas, conforme o caso.
 - (E) caso o contrato social preveja a regência supletiva da sociedade limitada pelas normas da sociedade anônima, a transferência de quotas para sócios ou terceiros não poderá se sujeitar a quaisquer restrições.
44. A respeito do estabelecimento, assim entendido todo complexo de bens organizado para exercício da empresa, por empresário, ou por sociedade empresária, assinale a alternativa correta.
- (A) O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento por alienante solvente, produzirá efeitos quanto a terceiros mediante averbação à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, independentemente de publicação.
 - (B) O adquirente do estabelecimento responde pelo pagamento dos débitos anteriores à transferência, contabilizados ou não, continuando o devedor primitivo solidariamente obrigado pelo prazo de um ano.
 - (C) Salvo disposição em contrário, a transferência importa a sub-rogação do adquirente nos contratos estipulados para exploração do estabelecimento, se tiverem caráter pessoal.
 - (D) A cessão dos créditos referentes ao estabelecimento transferido produzirá efeito em relação aos respectivos devedores, desde o momento da publicação da transferência; independentemente de qualquer outra circunstância, o devedor responderá por perdas e danos se, não obstante a cessão, pagar tais créditos ao cedente.
 - (E) Se ao alienante não restarem bens suficientes para solver o seu passivo, a eficácia da alienação do estabelecimento depende, além dos requisitos legais ordinariamente exigidos em qualquer alienação de estabelecimento, do pagamento de todos os credores, ou do consentimento destes, de modo expresso ou tácito, em trinta dias a partir de sua notificação.

45. Na sociedade limitada, a responsabilidade dos sócios é limitada. Nesse sentido, é exemplo de responsabilidade que, como regra, não pode ser imputada ao referido sócio:
- (A) responsabilidade pelo valor das quotas subscritas ou pela integralização do capital social como um todo.
 - (B) responsabilidade por obrigações da sociedade que esta não seja capaz de adimplir em razão de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial.
 - (C) responsabilidade por perdas e danos acarretados à sociedade ou a terceiros em razão de abuso do poder de controle.
 - (D) responsabilidade por obrigações da sociedade incorridas no exercício de sua atividade-fim, que esta não seja capaz de adimplir com bens e recursos próprios, mesmo após esgotados todos os correspondentes meios de cobrança a cargo do credor.
 - (E) responsabilidade por perdas e danos acarretados à sociedade ou a terceiros em razão de atos do sócio, na qualidade de sócio-administrador, em infração à lei ou ao contrato social.
46. Sobre os deveres e responsabilidades do administrador na sociedade anônima, é correto afirmar que
- (A) o administrador eleito por grupo ou classe de acionistas tem, para com a companhia, os mesmos deveres que os demais, ressalvada a sua prerrogativa de defender os interesses legalmente acolhidos daqueles que o elegeram.
 - (B) é vedado aos administradores autorizar, sob quaisquer circunstâncias, a prática de atos gratuitos em benefício dos empregados ou da comunidade de que participe a empresa.
 - (C) é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e fazer consignar, em ata da reunião dos administradores, a natureza e extensão do seu interesse.
 - (D) o administrador é solidariamente responsável por atos ilícitos de outros administradores, salvo na medida em que se abster de deliberar por meio das quais a prática de tais atos ilícitos tenha sido aprovada ou ratificada pelo correspondente órgão da administração.
 - (E) cumpre ao administrador de companhia aberta guardar sigilo sobre qualquer informação que ainda não tenha sido divulgada para conhecimento do mercado, obtida em razão do cargo e capaz de influir de modo ponderável na cotação de valores mobiliários, ressalvado o direito pleno à informação de todos os acionistas.
47. Considerando a responsabilidade dos sócios na falência, é correto afirmar que
- (A) a decisão que decreta a falência da sociedade também acarreta a falência dos sócios ilimitadamente responsáveis, inclusive daqueles que tenham se retirado voluntariamente ou que tenham sido excluídos da sociedade há menos de 2 (dois) anos; no caso desses sócios que tenham se retirado ou sido excluídos, sua falência se limita às dívidas existentes na data do arquivamento da respectiva alteração do contrato, no caso de não terem sido solvidas até a data da decretação da falência.
 - (B) a responsabilidade pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida, estabelecida nas respectivas leis, será apurada no próprio juízo da falência uma vez constatado que a realização do ativo é ou será insuficiente para cobrir o passivo, observado o procedimento ordinário previsto no Código de Processo Civil.
 - (C) a decretação da falência determina, independentemente do tipo societário, o vencimento antecipado das dívidas da sociedade falida e de seus sócios controladores, com o abatimento proporcional dos juros, e converte todos os créditos em moeda estrangeira para a moeda do País, pelo câmbio do dia da decisão judicial, para todos os efeitos desta Lei.
 - (D) a decisão que decreta a falência da sociedade, independentemente do seu tipo societário, também acarreta a falência de todos os seus sócios, que ficam sujeitos aos mesmos efeitos jurídicos produzidos em relação à sociedade falida e, por isso, deverão ser citados para apresentar contestação, se assim o desejarem.
 - (E) prescreverá em 2 (dois) anos, contados da decretação da falência, a ação de responsabilização pessoal dos sócios de responsabilidade limitada, dos controladores e dos administradores da sociedade falida, estabelecida nas respectivas leis, e a ser apurada no próprio juízo da falência.

48. Estão sujeitos à recuperação judicial e seus efeitos, inclusive suspensão dos processos executórios pelo prazo de até 180 (cento e oitenta) dias contado do deferimento do processamento da recuperação:
- (A) os direitos e privilégios dos credores contra os coobrigados do devedor, seus fiadores e obrigados de regresso.
 - (B) os créditos tributários.
 - (C) os créditos garantidos por propriedade fiduciária de bens móveis ou imóveis, derivados de arrendamento mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham cláusula de irrevogabilidade ou irretratabilidade, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio.
 - (D) o crédito oriundo da importância entregue ao devedor, em moeda corrente nacional, decorrente de adiantamento a contrato de câmbio para exportação, independentemente do prazo total da operação.
 - (E) os créditos existentes na data do pedido de recuperação judicial e pertencentes a fornecedores de bens ou serviços que continuarem a provê-los normalmente após o referido pedido.
49. As sociedades anônimas poderão ter ações de diferentes classes, observado que
- (A) as ações ordinárias são de classe única, mas as ações preferenciais poderão ter classes distintas conforme as preferências ou vantagens atribuídas a cada uma delas.
 - (B) as ações ordinárias de companhia fechada poderão ser de diversas classes em função de conversibilidade em ações preferenciais, exigência de nacionalidade brasileira do acionista ou direito de voto em separado para preenchimento de determinados cargos de órgãos administrativos.
 - (C) às ações preferenciais não pode ser atribuído o direito de voto, salvo se a companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a 3 (três) exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até o pagamento, se tais dividendos não forem cumulativos, ou até que sejam pagos os cumulativos em atraso.
 - (D) ações ordinárias e ações preferenciais, em companhias abertas ou fechadas, poderão ter classes distintas conforme as preferências e vantagens atribuídas a cada uma delas.
 - (E) o número de ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não pode ultrapassar 50% (cinquenta por cento) do total das ações emitidas; da mesma forma, os dividendos atribuídos a tais ações preferenciais sem direito a voto, ou sujeitas a restrição no exercício desse direito, não podem superar, em qualquer hipótese, independentemente do que estabeleça o estatuto social, 50% (cinquenta por cento) do total de dividendos.
50. Sobre o resgate, amortização e reembolso de ações, assinale a alternativa correta.
- (A) A amortização consiste na distribuição aos acionistas, a título de antecipação e sem redução do capital social, de quantias que lhes poderiam tocar em caso de liquidação da companhia; ela pode ser integral ou parcial e abranger todas as classes de ações ou só uma delas.
 - (B) O resgate, espécie de redução de capital, consiste no pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação, sendo de iniciativa exclusiva da companhia.
 - (C) O resgate é a operação pela qual, nos casos previstos em lei, a companhia paga aos acionistas dissidentes de deliberação da assembleia-geral o valor de suas ações. O estatuto pode estabelecer normas para a determinação do valor de resgate, que, entretanto, somente poderá ser inferior ao valor de patrimônio líquido, se estipulado com base no valor econômico da companhia, a ser apurado em avaliação.
 - (D) Se sobrevier a falência da sociedade, os acionistas dissidentes, credores pelo reembolso de suas ações, serão classificados como credores subordinados, mas gozarão de preferência sobre os demais acionistas.
 - (E) as ações integralmente amortizadas serão canceladas, não fazendo jus a qualquer participação em caso de liquidação da companhia.

DIREITO PENAL

51. Determina a CR/88 que é reconhecida a instituição do júri, com a organização que lhe der a lei, com competência para julgamento dos crimes dolosos contra a vida. Ainda, são princípios constitucionais expressos, nos termos do art. 5º, XXXVIII:
- (A) a plenitude de defesa, o parcial sigilo das votações e a soberania dos veredictos.
 - (B) a plenitude de defesa, o sigilo das votações e a ampla recorribilidade dos veredictos.
 - (C) a plenitude de defesa, o sigilo das votações e a soberania dos veredictos.
 - (D) a ampla defesa, o parcial sigilo das votações e a soberania dos veredictos.
 - (E) a ampla defesa, o parcial sigilo das votações e a ampla recorribilidade dos veredictos.

52. No que concerne à aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- (A) A lei excepcional ou temporária não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- (B) Considera-se praticado o crime no momento do resultado, ainda que outro seja o momento da ação ou omissão.
- (C) Lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, mas apenas se ainda não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (D) Não há crime sem lei anterior que o defina, porém, pode haver pena sem prévia cominação legal.
- (E) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

53. No que concerne ao erro sobre a ilicitude do fato, matéria tratada no art. 21 do CP, assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas:

“O desconhecimento da lei é _____. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, _____; se evitável, _____.”

- (A) escusável ... isenta de pena ... poderá diminuí-la de um sexto a um terço
- (B) escusável ... poderá diminuí-la de um sexto a um terço ... da metade
- (C) inescusável ... poderá diminuí-la de um sexto a um terço ... da metade
- (D) inescusável ... poderá diminuí-la da metade ... de um sexto a um terço
- (E) inescusável ... isenta de pena ... poderá diminuí-la de um sexto a um terço

54. Assinale a alternativa correta, no que tange ao tratamento que o CP dá à imputabilidade penal (arts. 26 a 28).

- (A) Aplicar-se-á exclusivamente medida de segurança se, em virtude de perturbação de saúde mental ou por desenvolvimento mental incompleto ou retardado o agente não era inteiramente capaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- (B) É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- (C) Os menores de 21 (vinte e um) anos são penalmente inimputáveis, ficando sujeitos às normas estabelecidas na legislação especial.
- (D) A emoção ou a paixão excluem a imputabilidade penal para os delitos que exigem especial fim de agir.
- (E) A embriaguez culposa, pelo álcool ou substância de efeitos análogos, exclui a imputabilidade penal.

55. De acordo com o art. 108 do CP, é correto afirmar que

- (A) a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- (B) a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro estende-se a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles não impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- (C) a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- (D) a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro estende-se a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a agravação da pena resultante da conexão.
- (E) a extinção da punibilidade de crime que é pressuposto, elemento constitutivo ou circunstância agravante de outro não se estende a este. Nos crimes conexos, a extinção da punibilidade de um deles impede, quanto aos outros, a diminuição da pena resultante da conexão.

56. Assinale a alternativa correta, no que tange às penas, e consequentemente ao desvalor, das figuras típicas dos arts. 297, 298 e 299 do CP.

- (A) A falsificação material de documento público (CP, art. 297, *caput*) é punida com o mesmo rigor que a falsidade ideológica de documento público (CP, art. 299, *caput*).
- (B) A falsificação material de documento público (CP, art. 297, *caput*) é punida com o mesmo rigor que a falsificação material de documento particular (CP, art. 298, *caput*).
- (C) A falsidade ideológica de documento público (CP, art. 299, *caput*) é punida com o mesmo rigor que a falsidade ideológica de documento particular (CP, art. 299, *caput*).
- (D) A falsidade ideológica de documento público (CP, art. 299, *caput*) é punida com o mesmo rigor que a falsificação material de documento particular (CP, art. 298, *caput*).
- (E) Não se pune a falsidade ideológica de documento particular, por ausência de expressa previsão legal.

57. A conduta de solicitar, para si, diretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, configura crime de
- peculato (CP, art. 312).
 - concussão (CP, art. 316).
 - excesso de exação (CP, art. 316, § 1º).
 - corrupção passiva (CP, art. 317).
 - corrupção ativa (CP, art. 333).
58. De acordo com o CP, a conduta de funcionário público que, valendo-se dessa qualidade, patrocina interesse privado perante a Administração Pública
- configura prevaricação.
 - configura advocacia administrativa.
 - configura corrupção passiva.
 - é punida com pena de detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa.
 - não é típica se o interesse patrocinado é legítimo.
59. A conduta de “extraviar livro oficial, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo, ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo ou contribuição social” configura crime contra
- a Administração Pública.
 - a Administração em Geral.
 - a Ordem Tributária.
 - o Sistema Financeiro Nacional.
 - a Administração da Justiça.
60. Aquele que representa por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, sabendo inocente o representado, mesmo sem dar causa à instauração de qualquer procedimento, pratica crime
- específico, previsto na Lei de Improbidade, que tem pena de detenção, de seis a dez meses, e multa.
 - de denúncia caluniosa, previsto no CP, que tem pena de reclusão, de dois a oito anos, e multa.
 - de falso testemunho, previsto no CP, que tem pena de reclusão, de dois a quatro anos, e multa.
 - de comunicação falsa de crime, previsto no CP, que tem pena de detenção, de um a seis meses, ou multa.
 - de fraude processual, previsto no CP, que tem pena de detenção, de três meses a dois anos, e multa.
61. Considerando a disciplina constante da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), pode-se corretamente afirmar que
- se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação de seu texto, destinada a correção, o prazo de início da vigência começará a correr da primeira publicação.
 - salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país 90 (noventa) dias depois de oficialmente publicada.
 - não se destinando à vigência temporária, a lei terá vigência até que outra a modifique ou revogue e, salvo disposição em contrário, a lei revogada se restitua por ter a lei revogadora perdido a vigência.
 - a lei posterior revoga a anterior quando expressa ou tacitamente o declare, quando seja com ela incompatível ou quando regule total ou parcialmente a matéria de que tratava a lei anterior.
 - a lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, não revoga nem modifica a lei anterior e as correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
62. Assinale a alternativa em que os dois elencados são, respectivamente, um agente capaz e outro relativamente incapaz:
- pessoa de dezessete anos emancipada; pessoa de quinze anos completos.
 - pessoa de dezessete anos, titular de estabelecimento comercial, com economia própria; pessoa de vinte e cinco anos que bebe eventualmente.
 - pessoa de dezesseis anos completos casada; pessoa de quarenta anos que, que por causa transitória, não pode exprimir sua vontade.
 - pessoa de quinze anos que exerce função pública temporária; pessoa de vinte e um anos viciada em tóxico.
 - pessoa de dezessete anos que colou grau em curso de ensino médio técnico; pessoa de vinte e um anos pródiga.
63. Quanto às condições impossíveis, pode-se afirmar que
- resolutivas ou suspensivas, invalidam o negócio jurídico.
 - invalidam o negócio jurídico se forem suspensivas e fisicamente impossíveis, não o invalidando se forem apenas juridicamente impossíveis.
 - invalidam o negócio jurídico se forem suspensivas e juridicamente impossíveis, não o invalidando se forem apenas fisicamente impossíveis.
 - se forem resolutivas, têm-se por inexistentes e não interferem na validade do negócio jurídico.
 - sejam resolutivas ou suspensivas, sempre devem ser consideradas por inexistentes.

64. Assinale a alternativa correta sobre os defeitos do negócio jurídico.

- (A) O erro de direito não gera a anulabilidade do negócio jurídico, mesmo que seja o seu motivo único ou principal, independentemente de resultar ou não em recusa à aplicação da lei.
- (B) Nos negócios jurídicos bilaterais, o silêncio intencional de uma das partes a respeito de fato ou qualidade que a outra parte haja ignorado, constitui omissão dolosa, sendo desnecessária a prova de que sem ela o negócio não se teria celebrado.
- (C) Não se configura o estado de perigo a necessidade de salvar pessoa não pertencente à família do declarante, sendo vedado ao juiz decidir de forma diversa.
- (D) Subsistirá o negócio jurídico, se a coação decorrer de terceiro, sem que a parte a que aproveite dela tivesse ou devesse ter conhecimento, devendo, entretanto, o autor da coação responder por todas as perdas e danos que houver causado ao coacto.
- (E) Na lesão aprecia-se a desproporção das prestações segundo os valores ao tempo da alegação da nulidade.

65. José alugou uma casa de sua propriedade para Pedro. Em 01.03.2010, ao saber que José sofreu um acidente automobilístico que lhe levou ao coma, Pedro parou de pagar o aluguel. Em 01.03.2019, José saiu do coma e se recuperou. José procurou seu advogado que, em 01.04.2019, propôs uma ação judicial visando obter a desocupação do imóvel e cobrança dos aluguéis relativos ao período de janeiro de 2010 a março de 2019.

É correto afirmar que

- (A) somente será possível a cobrança dos valores relativos aos três últimos anos.
- (B) não houve a prescrição de qualquer valor, tendo em vista que a prescrição não correu contra José, em razão do seu estado de saúde.
- (C) todos os valores devidos por Pedro não são mais devidos, em razão da prescrição.
- (D) somente será possível a cobrança dos valores devidos a menos de cinco anos.
- (E) somente será possível a cobrança dos valores devidos a menos de quatro anos.

66. Acerca do pagamento realizado por terceiros, é correto afirmar que

- (A) qualquer interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se o credor se opuser, dos meios conducentes à exoneração do devedor.
- (B) o terceiro não interessado pode pagar a dívida, utilizando-se dos meios conducentes à exoneração do devedor, se o fizer em nome e à conta do devedor, mesmo com oposição deste.
- (C) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar e se sub-roga nos direitos do credor.
- (D) se o terceiro não interessado pagar antes de vencida a dívida terá direito ao reembolso a partir da data do pagamento, mesmo que anterior ao vencimento.
- (E) o pagamento feito por terceiro, com desconhecimento ou oposição do devedor, obriga a reembolsar aquele que pagou, mesmo se o devedor tinha meios para ilidir a ação.

67. Maria comprou um carro de João em 01.01.2019. No dia 01.03.2019, o carro fundiu o motor, em razão da instalação, realizada por João, de um equipamento no motor, destinado a aumentar a potência. Maria desconhecia que o carro por ela comprado tinha o referido equipamento.

Assinale a alternativa correta em relação ao caso.

- (A) O direito de obter a redibição já se escoou em razão de decurso de prazo superior a 30 dias da compra.
- (B) Maria tem o prazo de 30 dias, a partir da descoberta do defeito, para postular o seu direito à redibição.
- (C) Maria tem o prazo de 180 dias contados da data da compra para postular o seu direito à redibição.
- (D) Maria tem o prazo de um ano da compra para postular o seu direito à redibição.
- (E) Maria tem o prazo de 180 dias, a partir da descoberta do defeito, para postular o seu direito à redibição.

68. É correto afirmar que será atribuída a propriedade, pela usucapião, àquele que

- (A) mesmo sendo proprietário de imóvel rural, possua como sua, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, área de terra em zona rural não superior a cinquenta hectares, tornando-a produtiva por seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.
- (B) possuir, como sua, área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário de mais de um imóvel urbano ou rural.
- (C) exercer, por 2 (dois) anos ininterruptamente e sem oposição, posse direta, com exclusividade, sobre imóvel urbano de até 250 m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) cuja propriedade divida com ex-cônjuge ou ex-companheiro que abandonou o lar, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, mesmo sendo proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (D) possuir por três anos imóvel adquirido onerosamente, com base no registro constante do respectivo cartório, cancelado posteriormente, desde que tenha estabelecido a sua moradia, ou realizado investimentos de interesse social e econômico.
- (E) por dez anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, independentemente de título e boa-fé, se houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo.

69. Caio adquiriu um apartamento diretamente do incorporador, referente a uma incorporação submetida ao regime do patrimônio de afetação. Entretanto, decidiu desfazer o negócio. É correto afirmar que Caio:

- (A) tem direito a receber a integralidade do valor pago.
- (B) se previsto no contrato, pagará pena convencional de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantia paga.
- (C) se previsto no contrato, pagará pena convencional não superior a 50% (cinquenta por cento) da quantia paga.
- (D) tem direito a receber a integralidade do valor pago, deduzidos os valores decorrentes das despesas do contrato e comissão de corretagem.
- (E) tem direito a receber 75% (setenta e cinco por cento) do valor pago, deduzidos os valores decorrentes das despesas do contrato e comissão de corretagem.

70. Acerca do usufruto, assinale a alternativa correta.

- (A) Não se pode transferir o usufruto por alienação e nem o seu exercício pode ceder-se por título oneroso.
- (B) O usufruto de imóveis não pode ser adquirido pela usucapião.
- (C) O usufrutuário deve usufruir em pessoa, sendo vedado o arrendamento, bem como a mudança da destinação econômica do prédio.
- (D) Quando o usufruto recai em títulos de crédito, o usufrutuário tem direito a perceber os frutos e a cobrar as respectivas dívidas.
- (E) Constituído o usufruto em favor de duas ou mais pessoas, o quinhão do falecido se transfere ao sobrevivente, salvo estipulação em sentido contrário.

DIREITO ADMINISTRATIVO

71. A respeito da dispensa e inexigibilidade de licitação, assinale a alternativa correta.

- (A) Considera-se dispensada a licitação na hipótese em que o legislador define previamente que a contratação não será precedida de um procedimento concorrential, ainda que a sua realização seja materialmente possível.
- (B) A dispensa de licitação ocorre nas situações em que o legislador autoriza o administrador, por meio de rol exemplificativo, a celebrar o contrato diretamente com o particular, sempre que tal postura se mostrar mais conveniente ao atendimento do interesse público.
- (C) A licitação fracassada é hipótese de dispensa de licitação e consiste na situação em que, apesar da validade de todas as condições previstas no Edital, não surgem interessados em participar da competição.
- (D) A licitação será inexigível sempre que a realização do processo competitivo for material ou juridicamente impossível, devendo a situação se amoldar nas hipóteses taxativamente previstas em lei.
- (E) O credenciamento consiste em modalidade de dispensa de licitação e permite a seleção de potenciais interessados para posterior contratação, quando houver o interesse na prestação do serviço pelo maior número de pessoas possível.

72. José, ocupante do cargo de fiscal de rendas, revelou para a imprensa fato de que tem ciência, em razão de suas atribuições, e que deve permanecer em segredo, visto que se trata de dado sujeito à sigilo fiscal.

Considerando a situação hipotética e as disposições da Lei nº 8.429/92, é correto afirmar que José

- (A) não cometeu ato de improbidade administrativa.
- (B) cometeu ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário.
- (C) cometeu ato de improbidade administrativa que importa em enriquecimento ilícito.
- (D) cometeu ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública.
- (E) apenas terá cometido ato de improbidade administrativa se causar lesão ao patrimônio público e se enriquecer ilicitamente.

73. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 8.987/1995 – lei que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.

- (A) O poder concedente publicará, após o edital de licitação, ato justificando a conveniência da outorga de concessão, caracterizando seu objeto, área e prazo.
- (B) Serviço adequado é o que satisfaz as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação e modicidade das tarifas.
- (C) Não é obrigação do usuário levar ao conhecimento do poder público e da concessionária as irregularidades de que tenha conhecimento, referentes ao serviço prestado.
- (D) As concessionárias de serviços públicos, nos Estados, são obrigadas a oferecer ao consumidor e ao usuário, dentro do mês de vencimento, o mínimo de dez datas opcionais para escolherem os dias de vencimento de seus débitos.
- (E) Em havendo alteração unilateral do contrato que afete o seu inicial equilíbrio econômico-financeiro, o poder concedente deverá restabelecê-lo em até seis meses após a alteração.

74. Pedro é agente fiscal de rendas e, de maneira culposa, praticou conduta que causou prejuízo ao erário. A conduta realizada por Pedro, apesar de ser considerada infração funcional administrativa, não constitui crime ou improbidade administrativa. A Administração Pública deseja ajuizar ação de reparação de danos em face de Pedro. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- (A) A pretensão da Administração Pública em face de Pedro é imprescritível.
- (B) A Administração Pública deve ajuizar a ação de reparação de danos em face de Pedro no prazo de 10 (dez) anos.
- (C) A pretensão da Administração Pública em face de Pedro prescreve no prazo de 05 (cinco) anos.
- (D) Os agentes públicos somente podem ser responsabilizados pela reparação dos danos causados com dolo.
- (E) A Fazenda Pública tem o prazo de 03 (três) anos para ajuizar a ação de reparação de danos em face de Pedro.

75. Assinale a alternativa que contém exemplo de um ato administrativo enunciativo.

- (A) Regimento.
- (B) Portaria.
- (C) Autorização.
- (D) Certidão.
- (E) Ofício.

76. Sobre o poder de polícia, assinale a alternativa correta.

- (A) Via de regra o poder de polícia não é autoexecutório, dependendo de ordem judicial para ser implementado.
- (B) O ciclo de polícia é composto por apenas três fases: consentimento, fiscalização e coerção.
- (C) Em regra o exercício do poder de polícia é caracterizado pela discricionariedade.
- (D) É inconstitucional a atribuição, às guardas municipais, do exercício de poder de polícia de trânsito, pois tal poder é indelegável.
- (E) O poder de polícia pode ser praticado com o objetivo de assegurar o interesse público, ainda que suprima o núcleo essencial dos direitos fundamentais.

- 77.** A respeito dos contratos firmados pela Administração Pública, assinale a alternativa que está de acordo com a Lei nº 8.666/93.
- (A) Toda prorrogação de prazo contratual deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.
 - (B) É possível à Administração Pública firmar contrato com prazo de vigência indeterminado, tendo em vista o princípio da supremacia do interesse público.
 - (C) A declaração de nulidade do contrato administrativo tem efeitos *ex nunc*, não desconstituindo os efeitos jurídicos já produzidos.
 - (D) A garantia prestada pelo contratado será restituída proporcionalmente durante a execução do contrato, acrescida de atualização monetária.
 - (E) O uso do instrumento de contrato é obrigatório em todas as contratações administrativas.
- 78.** A respeito das autarquias, assinale a alternativa correta.
- (A) A autarquia é uma pessoa jurídica de direito privado, criada por lei.
 - (B) A autarquia é instituída diretamente pela lei e sua personalidade jurídica tem início com a vigência da lei criadora.
 - (C) A criação de autarquias decorrem do processo de desconcentração administrativa, integrando essas entidades à estrutura orgânica da Administração Direta.
 - (D) As autarquias se sujeitam, via de regra, à responsabilidade civil subjetiva.
 - (E) As autarquias não se submetem ao regime dos precatórios ou da Requisição de Pequeno Valor (RPV).
- 79.** Sobre as entidades que integram os Serviços Sociais Autônomos (Sistema S), assinale a alternativa que está de acordo com o entendimento do Supremo Tribunal Federal.
- (A) As entidades do “Sistema S” integram a Administração Direta, não possuindo autonomia administrativa.
 - (B) As entidades do “Sistema S” estão submetidas à exigência de concurso público para a contratação de pessoal.
 - (C) As entidades do “Sistema S” ostentam natureza de pessoa jurídica de direito público e integram a Administração Pública.
 - (D) As contratações feitas pelas entidades integrantes do “Sistema S” se submetem ao processo licitatório disciplinado pela Lei nº 8.666/93.
 - (E) As entidades do Sistema “S” têm natureza privada e possuem autonomia administrativa, motivo pelo qual não se submetem ao processo licitatório disciplinado pela Lei nº 8.666/93.
- 80.** Assinale a alternativa que contém os princípios da Administração Pública explícitos na Constituição Federal.
- (A) Proporcionalidade, moralidade, eficiência, razoabilidade e legalidade.
 - (B) Impessoalidade, publicidade, moralidade, legalidade e eficiência.
 - (C) Legalidade, impessoalidade, proporcionalidade, finalidade pública e moralidade.
 - (D) Autotutela, continuidade, razoabilidade, legalidade e moralidade.
 - (E) Moralidade, confiança legítima, segurança jurídica, legalidade e impessoalidade.

